

CERTIFICADO LIC N°. 21/2016 - SM

L I C E N Ç A A M B I E N T A L

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas no uso de suas atribuições, conforme art. 4º, inciso VII, da Lei 21.972 de 21 de Janeiro de 2016 e demais normas específicas, concede à empresa **EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SAO FRANCISCO LTDA**, CNPJ 00.499.283/0001-68, Licença de Instalação em **Caráter Corretivo**, para a atividade **LOTEAMENTO DE SOLO URBANO PARA FINS EXCLUSIVA OU PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAIS**, autorizando a continuidade da instalação, de acordo com planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes a serem atendidas nas próximas fases de sua implementação, localizada na Rodovia JK BR 459, KM 121, Bairro Ipanema, CEP 37.540-000 no Município de Santa Rita do Sapucaí, no Estado de Minas Gerais, conforme processo administrativo de nº 27174/2010/001/2013.

☐ Sem condicionantes

☒ Com condicionantes

(Válida somente acompanhada das condicionantes listadas no anexo)
(A concessão da Licença deverá atender ao art. 6º da DN COPAM 13/95, sob pena de revogação da mesma)
(A revalidação da licença dar-se-á com base nas DN COPAM 017/96 e 023/97)

O PRESENTE CERTIFICADO SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DOS ANEXOS I e II, DO TÍTULO AUTORIZATIVO VÁLIDO EMITIDO PELO DNPM (CASO DE MINERAÇÃO) E ANP (CASO DE PETRÓLEO/GAS) e AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE DE ESPÉCIMES DO PROGRAMA DE RESGATE DE FLORA, QUANDO FOR O CASO. ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA, NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO PELO REQUERENTE DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Validade da Licença Ambiental: 6 (seis) anos, com vencimento 31/03/2022.

Varginha, 31 de março de 2016.



JOSÉ OSWALDO FURLANETTO

Superintendente Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas

ANEXO I

Condicionantes para Licença de Instalação em Caráter Corretivo (LIC) do Loteamento Ipanema

Empreendedor: Empreendimentos Imobiliários São Francisco LTDA Empreendimento: Loteamento Ipanema CNPJ: 00.499.283/0001-68 Município: Santa Rita do Sapucaí Atividade: Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais Código DN 74/04: E-04-01-4 Processo: 27174/2010/001/2013 Validade: 06 anos		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência de Licença de Instalação
02	Apresentar relatório Técnico e Fotografico da execução do PTRF, conforme proposto, constando de análises, descrições e conclusões sobre os índices de desenvolvimento alcançados, proposições de eventuais ajustes de conduta e plantas locacionais	Semestralmente durante a vigência da licença.
03	Utilizar somente banheiros químicos durante a fase de instalação do empreendimento e apresentar comprovação de recebimento dos efluentes acumulados, emitida por empresa especializada.	Semestralmente durante a vigência da Licença de Instalação
04	Apresentar relatório técnico / fotográfico comprovando execução do PRAD e emitir relatórios semestrais relatando a evolução do projeto.	Na formalização da LO
05	Apresentar anuência da CEMIG com relação à linha de transmissão que corta o loteamento, realizando as adequações do projeto conforme determinações de segurança da CEMIG.	30 dias após obtenção da anuência junto à CEMIG

06	<p>Apresentar declaração do IEPHA, comprovando o cumprimento das determinações feitas pelo Instituto (abaixo transcritas)</p> <p>6.1 Respeitar as manifestações referentes à Igreja de Nossa Senhora Aparecida, no que tange o culto, realizado tradicionalmente as quintas feiras, e possíveis comemorações em devoção ao orago, mesmo que isso, pontualmente, venha a utilizar-se de acesso e estradas usadas pelos condôminos.</p> <p>6.2 Realizar pesquisa de identificação de patrimônio cultural imaterial nas comunidades de Córrego Raso, Rio Cortado, Serrinha e Porto Sapucaí, a fim de ampliar e reconhecer acervos de bens culturais imateriais a elas associados.</p> <p>6.3 Os resultados da pesquisa deverão ser encaminhados para secretaria Municipal de esporte, Cultura, Lazer e turismo e Conselho de Santa Rita do Sapucaí, para estabelecer medidas de salvaguarda e, se for o caso, registro de patrimônio Imaterial.</p> <p>6.4 Apresentar manifestação da Secretaria municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo ou Conselho do Patrimônio Cultural Municipal de Santa Rita do Sapucaí sobre os impactos decorrentes do empreendimento em seu patrimônio cultural identificado ou não.</p>	Na formalização da LO
07	Apresentar a manifestação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, a respeito da regularidade do acesso da rodovia para o Loteamento	Na formalização da LO
08	Formalizar o processo de regularização ambiental referente à canalização do córrego sem nome que se encontra em operação no Loteamento	120 dias após a concessão da LIC

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.*

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Instalação Corretiva (LIC) do Loteamento Ipanema

Empreendedor: Empreendimentos Imobiliários São Francisco Ltda
Empreendimento: Empreendimentos Imobiliários São Francisco Ltda / Loteamento Ipanema
CNPJ: 00.499.283/0001-68
Município: Santa Rita do Sapucaí
Atividade: Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais.
Código DN 74/04: E-04-01-4
Processo: 27174/2010/001/2013
Validade: 06 anos

1. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar semestralmente a Supram-SM, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs.
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		(**)
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento

- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Ao contrário do informado no PCA, ressaltamos que o aterro sanitário de Itajubá não poderá receber resíduos sólidos de construção civil, pois não está regularizado para tal. A equipe técnica da SUPRAM Sul de Minas determina que todo o resíduo sólido de construção civil deverá ser destinado para empresas regularizadas ambientalmente para receber tais resíduos.

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-SM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.